

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.625.088 - PR (2019/0349006-6)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL**  
**AGRAVADO : DEVONSIR REINALDO WISNIEWSKI JUNIOR**  
**ADVOGADOS : MARIA EUGÊNIA PADOAN CATTÁ-PRETA - PR055251**  
**MARCELO HENRIQUE SCHIAVINI SALOMÃO - PR043546A**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. VALOR ADUANEIRO. DESPESAS DE CAPATAZIA. INCLUSÃO. LEGALIDADE DO ART. 4º, § 3º, DA IN SRF 327/2003. ENTENDIMENTO ADOTADO PELA PRIMEIRA SEÇÃO DESTA CORTE, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO, RESP 1.799.306/RS, NA ASSENTADA DE 11.3.2020. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo manejado pela FAZENDA NACIONAL em face de decisão que negou admissibilidade ao recurso especial por entender que o acórdão recorrido estaria no mesmo sentido da jurisprudência do STJ, o que ensejou a aplicação da Súmula nº 83 desta Corte.

A agravante insurge-se contra a decisão agravada alegando a não incidência da Súmula nº 83 do STJ, tendo em vista que a matéria não foi julgada pela Primeira Seção do STJ ou em sede de recurso especial repetitivo, bem como porque esta Corte não teria pacificado o entendimento sobre a matéria de fundo, havendo recursos que aguardam votos-vista a serem proferidos sobre o tema.

Requer o conhecimento e o provimento do agravo para que seja analisado o recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Nas razões recursais a recorrente alega ofensa aos arts. 20, II, e 47, I, do CTN, art. 2º do Decreto nº 92.930/86, arts. 75, 77, inciso II e 79, inciso II, ambos do Decreto nº 6759/2009 (Regulamento Aduaneiro), art. 8.2 do Acordo de Valoração Aduaneira (AVA) 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355/94, arts. 31 e 32 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (CVDT), promulgada pelo Decreto 7.030/2009, e sustenta que o alcance jurídico da expressão "até a chegada aos locais referidos no inciso", do art. 77, II, do Regulamento Aduaneiro, engloba o valor da capatazia, eis que o art. 8º do AVA permite que cada membro possa incluir ou excluir no valor aduaneiro: (i) o custo de transporte de mercadorias até o porto ou local de importação; (ii) os gastos de carregamento/descarregamento e manuseio, associados ao transporte das mercadorias, até

o porto ou local de importação; e (iii) o custo do seguro. Nesse sentido, alega que os gastos relativos à descarga da mercadoria do veículo de transporte internacional no território nacional integram o valor aduaneiro, independentemente da responsabilidade pelo ônus financeiro e da denominação adotada, já que esses serviços são componentes inseparáveis do valor de transação da mercadoria importada, e também porque tais serviços são executados antes do desembarque aduaneiro. Assevera que fundamentado nesta liberdade ou faculdade do GATT o Decreto nº 6.759/2009 (assim como as normas que o antecederam) e a IN SRF nº 327/2003 confirmaram tal posicionamento.

Requer o conhecimento e o provimento do recurso especial.

Contrarrazões às fls. 254-268 e-STJ.

Inadmitido o recurso especial na origem, subiram os autos a esta Corte por força de agravo, o qual foi convertido em recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

A agravante impugnou adequadamente os fundamentos da decisão agravada, razão pela qual conheço do agravo e passo ao exame do recurso especial.

Primeiramente, afasto a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC, eis que o acórdão recorrido se manifestou de forma clara e fundamentada sobre a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia.

Não há que se falar, portanto, em negativa de prestação jurisdicional, visto que tal somente se configura quando, na apreciação de recurso, o órgão julgador insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

De comum sabença, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (c.f. AgRg no AREsp 107.884/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 16/05/2013), não estando obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia (c.f. EDcl no AgRg no AREsp 195.246/BA, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 04/02/2014). Relembre-se, conjuntamente, que a motivação contrária ao interesse da parte não se traduz em maltrato ao artigo 1.022 do CPC/2015.

Quanto ao mérito, assiste razão à recorrente.

É que a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 11.3.2020, concluiu, por maioria, o julgamento dos REsp nºs 1.799.306/RS, 1.799.308/SC e 1.799.309/PR, na sistemática dos recursos especiais repetitivos, tema 1.014, dando provimento ao recurso especial da FAZENDA NACIONAL no sentido de entender pela inclusão das despesas relativas à CAPATAZIA no valor aduaneiro, base de cálculo do Imposto de Importação, reconhecendo a legalidade da IN SRF n. 327/2003, que não teria extrapolado o Decreto 6.759/2009 e demais legislação de regência.

Incide na espécie a Súmula 568/STJ, segundo a qual *“o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253,

# *Superior Tribunal de Justiça*

parágrafo único, II, "c", do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator